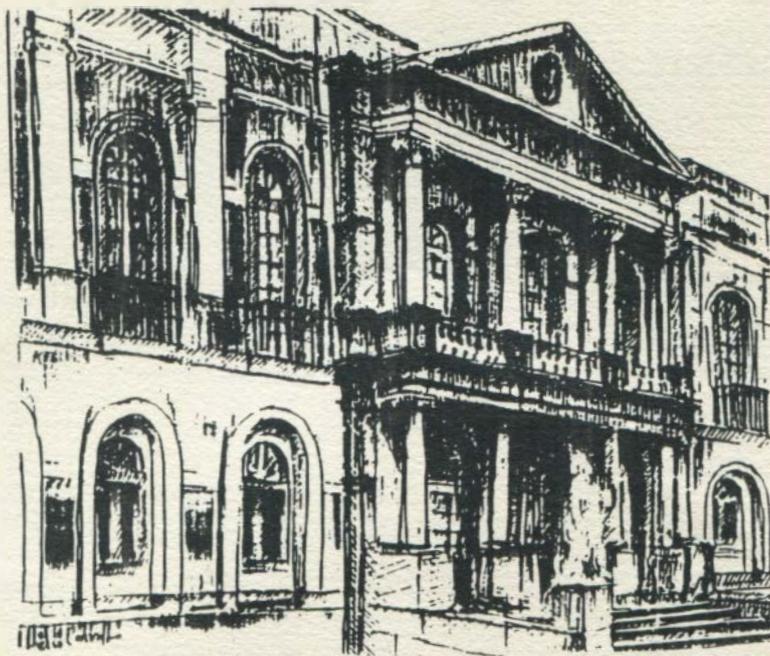


B o l e t i m d e
Conjuntura

volume 12
nº 3
setembro de 1992



*Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Economia Industrial*

O CONTEXTO ITAMAR

É para todos evidente que o novo governo não surgiu como resultado de uma progressiva acumulação de forças políticas, do surgimento de novas lideranças ou da conquista da sociedade por novas idéias. Longe disto, o governo nasce de um ato de repúdio. A sociedade vomitou Collor,

Não tendo sido a substância do Governo escolhida de antemão, ela será profundamente influenciada pelo contexto em que (inesperadamente) surge. Parece pois recomendável indagar-se sobre as características maiores deste contexto e, para tanto, uma comparação com o meio ambiente em que se deu a escolha de Collor pode ser um bom ponto de partida.

No final de 1989 a economia brasileira estava ingressando na hiperinflação. O desempenho da economia não havia contudo sido seriamente prejudicados: o desemprego era mínimo e a grande maioria das empresas operava a um nível razoável de utilização da capacidade. Em tais condições, enfrentar a morte iminente da moeda nacional - e o caos seguramente daí resultante - era a tarefa imediata e a prioridade absoluta.

Neste final de 1992, por contraste, é fácil ver que a prioridade nacional não fez a gentileza política de autodefinir-se. Se a inflação permanece escandalosamente alta, não é menos verdade que o desemprego assumiu proporções nunca vistas e que as empresas amargam prejuízos sem precedentes, enquanto setores industriais inteiros encontram-se na iminência de sucumbir à míngua de demanda: a produção de bens de capital sob encomenda, que já atingiu a cifra anual de US\$ 10 bilhões, não deverá atingir neste ano US\$ 3 bilhões.

Ao afundar lentamente, ainda que "apontando na direção certa", como é de praxe dizer, o governo anterior deixou, em suma, além de uma elevadíssima inflação, uma enorme herança de demandas reprimidas.

Elas virão agora inevitavelmente à tona e não poderão deixar de sensibilizar um governo formado por políticos profissionais, mais propensos a atender a reivindicações da sociedade que a traçar rumos para a economia ou a construir instituições resistentes à inflação. Isto posto, parece necessário admitir que, no curto prazo, a inflação não terá precedência sobre a tentativa de atendimento das demandas da sociedade. Para a maioria dos economistas (no mundo mais do que no Brasil) esta possibilidade sugere suicídio. O julgamento talvez seja apressado. Vejamos porque.

O novo governo tem sobre o anterior duas inegáveis vantagens. Primeiramente, dispõe de uma maioria legislativa, de início, pelo menos, inquestionável. Além disto, pode - e deve - valer-se do clima de catarse nacional para ir fundo no combate à sonegação. A primeira vantagem lhe possibilita passar uma reforma fiscal de emergência de dimensões não desprezíveis. A segunda lhe permite - os profissionais da área saberiam, ao que consta, como fazê-lo - elevar, mais uma vez, não desprezivelmente, a arrecadação. A partir de ambos os avanços, poderia testar em mercado a possibilidade de redução do excepcional prêmio de risco (juros reais) que vem sendo pago para que os agentes econômicos retenham ativos sob a forma de títulos da dívida interna; e poderá também aliviar um ou outro ponto de grande tensão, através de pequenos gastos criteriosamente escolhidos. Para que qualquer destes movimentos seja possível, sem deterioração do quadro inflacionário, é no entanto indispensável que as expectativas dos agentes econômicos sejam tranquilizadas - o que pode talvez ser obtido, pela exibição de um elevado grau de sintonia entre executivo e legislativo, condição mínima de governabilidade na crítica situação em que nos encontramos.

Sem margem para dúvidas, o avanço sobre campo minado (pela volatilidade das expectativas) que acabamos de sugerir, permitiria apenas um certo alívio. Advirta-se, no entanto, que dado o agravamento extremo da recessão, este alívio pode ser uma pré-condição para que se tente algo mais substantivo numa segunda etapa. Do ponto de vista do combate à inflação, estar-se-ia em suma (presumivelmente sem abrir a guarda) criando condições para - possivelmente em meio à revisão da Constituição - passar reformas mais profundas e estruturalmente estabilizantes. Se estas reformas forem efetivadas, teriam então sido

criadas reformas e ancoradas em consensos.

Em suma, não é possível visualizar caminhos, ainda que estreitos, através dos quais o novo Governo acate e aproveite as condições do contexto muito especial com que se defronta. Muito mais fácil é, contudo, perder-se no atendimento tópico de demandas, reacender expectativas de aceleração inflacionária...e tentar, mais adiante, impedir o desastre, através de um plano salvador. Muito provavelmente, o destino estará selado já nos primeiros passos.

B o l e t i m d e
Conjuntura

Instituto de Economia Industrial
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Palácio Universidade do Brasil
Av. Pasteur, 250 sala 9
Praia Vermelha Rio de Janeiro RJ
22290-240
542 0495 e 541 8148(fax)